

Tabela I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Estado de Goiás - Defensoria Pública do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º Quadrimestre de 2020 - janeiro/2020 a dezembro/2020

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL

Despesa Executada com Pessoal
Despesas Executadas (Últimos 12 meses)
LIQUIDADAS

	Janeiro/20	Fevereiro/20	Março/20	Abril/20	Mai/20	Junho/20
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.734.370,06	5.437.634,67	5.667.040,17	5.401.022,57	5.226.250,18	5.294.055,46
Pessoal Ativo	5.066.737,90	4.750.962,03	4.803.611,66	4.708.893,73	4.557.959,66	4.636.048,79
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.416.571,04	3.999.648,37	4.059.211,43	3.989.756,12	3.845.569,70	3.910.388,01
Obrigações Patronais	650.166,86	751.313,66	744.400,23	719.137,61	712.389,96	725.660,78
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas (Subtotal)	667.632,16	686.672,64	863.428,51	692.128,84	668.290,52	658.006,67
Aposentadorias, Reserva e Reformas	659.171,21	678.211,69	842.865,62	653.572,91	642.325,79	640.502,89
Pensões	8.460,95	8.460,95	20.562,89	38.555,93	25.964,73	17.503,78
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	722.857,23	709.947,67	997.883,70	704.637,40	675.378,92	695.205,07
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	30.300,70	23.275,03	18.818,75	7.088,40	7.088,40	37.198,40
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	24.924,37	0,00	115.636,44	5.420,16	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	667.632,16	686.672,64	863.428,51	692.128,84	668.290,52	658.006,67
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.011.512,83	4.727.687,00	4.669.156,47	4.696.385,17	4.550.871,26	4.598.850,39

Fonte: SIOFI-NET / SCG / SECRETARIA DE ECONOMIA-GO

Notas Explicativas ao RGF 3º Quadrimestre/2020:

- 1) A metodologia utilizada para elaboração do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao III Quadrimestre/2020 está de acordo o Manual de Demonstrativos Fiscais- MDF (10ª Edição) editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- 2) Com vistas a atender o que disciplina a Resolução Normativa nº 009/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, foram utilizadas as diretrizes ali estabelecidas.
- 3) A LRF por ser anterior à EC 45/2004 que conferiu autonomia às defensorias estaduais, não contemplou ali limites específicos. Por isso, os valores que compõem seus demonstrativos de “despesas com pessoal”, “disponibilidade de caixa e dos restos a pagar” além do “simplificado” não contém preenchimento nem campo de limites.
- 4) O demonstrativo de despesas com pessoal contempla os inativos e pensionistas que foram executados pela Goiasprev, ainda que não haja descentralização orçamentária entre a Defensoria Pública e o órgão gestor previdenciário.
- 5) Considerando a edição da Lei Complementar nº 131/2017-GO, Art. 1º, § 3º, foi computado na linha “Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados” a totalidade dos valores relativos às contribuições previdenciárias
- 6) As Despesas Não Computadas com “Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados” foram descontadas até o limite calculado na linha “Pessoal Inativo e Pensionista”, em observância à regra de que o valor da linha “INATIVOS E PENSIONISTAS COM RECURSOS VINCULADOS” não deve ser maior que o valor da linha “PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA”
- 7) Não houve em 31/12/2020 saldos inscritos em restos a pagar não processados para as despesas com pessoal.

Goiânia, 28 de janeiro de 2021

Marcelo Graciano Soares
Diretor Geral de Administração e Planejamento
CPF nº 006.485.371-3

Thales França de Souza
Contador - CRC GO-023219/O-1
CPF nº 032.797.425-79

Domilson Rabelo da Silva Júnior
Defensor Público- Geral do Estado de Goiás
CPF nº 707.616.801-44

Danilo Molinari
Silva
Diretor de
Controle Interno
CPF nº
783.110.551-49

Protocolo 215214

Tabela I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Estado de Goiás - Defensoria Pública do Estado
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º Quadrimestre de 2020 - janeiro/2020 a dezembro/2020

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

DESPESA COM PESSOAL	Despesa Executada com Pessoal Despesas Executadas (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS					
	Julho/20	Agosto/20	Setembro/20	Outubro/20	Novembro/20	Dezembro/20
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.358.446,71	5.527.202,40	5.401.427,81	5.297.542,37	5.799.394,02	5.549.936,18
Pessoal Ativo	4.725.317,43	5.025.077,16	4.678.373,36	4.631.675,33	5.093.416,63	5.004.405,99
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.997.815,33	4.302.017,45	3.946.441,63	3.937.305,19	4.425.839,70	4.209.366,16



Obrigações Patronais	727.502,10	723.059,71	731.931,73	694.370,14	667.576,93	795.039,83
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas (Subtotal)	633.129,28	502.125,24	723.054,45	665.867,04	705.977,39	545.530,19
Aposentadorias, Reserva e Reformas	615.625,50	487.680,57	696.507,84	648.363,26	688.473,61	530.222,87
Pensões	17.503,78	14.444,67	26.546,61	17.503,78	17.503,78	15.307,32
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	670.327,68	797.893,26	737.105,78	740.138,37	727.054,39	570.221,60
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	37.198,40	295.768,02	14.051,33	74.271,33	21.077,00	24.691,41
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	633.129,28	502.125,24	723.054,45	665.867,04	705.977,39	545.530,19
DESPEZA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.688.119,03	4.729.309,14	4.664.322,03	4.557.404,00	5.072.339,63	4.979.714,58

Fonte: SIOFI-NET / SCG / SECRETARIA DE ECONOMIA-GO

Notas Explicativas ao RGF 3º Quadrimestre/2020:

1) A metodologia utilizada para elaboração do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao III Quadrimestre/2020 está de acordo o Manual de Demonstrativos Fiscais- MDF (10ª Edição) editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

2) Com vistas a atender o que disciplina a Resolução Normativa nº 009/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, foram utilizadas as diretrizes ali estabelecidas.

3) A LRF por ser anterior à EC 45/2004 que conferiu autonomia às defensorias estaduais, não contemplou ali limites específicos. Por isso, os valores que compõem seus demonstrativos de "despesas com pessoal", "disponibilidade de caixa e dos restos a pagar" além do "simplificado" não contém preenchimento nem campo de limites.

4) O demonstrativo de despesas com pessoal contempla os inativos e pensionistas que foram executados pela Goiasprev, ainda que não haja descentralização orçamentária entre a Defensoria Pública e o órgão gestor previdenciário.

5) Considerando a edição da Lei Complementar nº 131/2017-GO, Art. 1º, § 3º, foi computado na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" a totalidade dos valores relativos às contribuições previdenciárias

6) As Despesas Não Computadas com "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" foram descontadas até o limite calculado na linha "Pessoal Inativo e Pensionista", em observância à regra de que o valor da linha "INATIVOS E PENSIONISTAS COM RECURSOS VINCULADOS" não deve ser maior que o valor da linha "PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA"

7) Não houve em 31/12/2020 saldos inscritos em restos a pagar não processados para as despesas com pessoal.

Goiânia, 28 de janeiro de 2021

Marcelo Graciano Soares
Diretor Geral de Administração e Planejamento
CPF nº 006.485.371-3

Thales França de Souza
Contador - CRC GO-023219/O-1
CPF nº 032.797.425-79

Domilson Rabelo da Silva Júnior
Defensor Público- Geral do Estado de Goiás
CPF nº 707.616.801-44

Daniilo Molinari
Silva
Diretor de
Controle Interno
CPF nº
783.110.551-49

Protocolo 215216

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Estado de Goiás - Defensoria Pública do
Estado

Tabela I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º Quadrimestre de 2020 - janeiro/2020 a dezembro/2020

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea
"a")

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		TOTAL (c = a + b)
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	65.694.322,60	0,00	65.694.322,60
2	Pessoal Ativo	57.682.479,67	0,00	57.682.479,67
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	8.011.842,93	0,00	8.011.842,93
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II)	8.748.651,07	0,00	8.748.651,07
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	590.827,17	0,00	590.827,17
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	145.980,97	0,00	145.980,97
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.011.842,93	0,00	8.011.842,93
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	56.945.671,53	0,00	56.945.671,53

Fonte: SIOFI-NET / SCG / SECRETARIA DE ECONOMIA-GO

Notas Explicativas ao RGF 3º

Quadrimestre/2020:

1) A metodologia utilizada para elaboração do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao III Quadrimestre/2020 está de acordo o Manual de Demonstrativos Fiscais- MDF

(10ª Edição) editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

2) Com vistas a atender o que disciplina a Resolução Normativa nº 009/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, foram utilizadas as diretrizes ali estabelecidas.

3) A LRF por ser anterior à EC 45/2004 que conferiu autonomia às defensorias estaduais, não contemplou ali limites específicos. Por isso, os valores que compõem

seus demonstrativos de "despesas com pessoal", "disponibilidade de caixa e dos restos a pagar" além do "simplificado" não contém preenchimento nem campo de limites.

4) O demonstrativo de despesas com pessoal contempla os inativos e pensionistas que foram executados pela Goiasprev, ainda que não haja descentralização orçamentária entre a Defensoria Pública e o órgão gestor previdenciário.

5) Considerando a edição da Lei Complementar nº 131/2017-GO, Art. 1º, § 3º, foi computado na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" a totalidade dos valores relativos às contribuições previdenciárias

6) As Despesas Não Computadas com "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" foram descontadas até o limite calculado na linha "Pessoal Inativo e Pensionista", em observância à regra de que o valor da linha "INATIVOS E PENSIONISTAS COM RECURSOS VINCULADOS" não deve ser maior que o valor da linha "PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA"

7) Não houve em 31/12/2020 saldos inscritos em restos a pagar não processados para as despesas com pessoal.

Goiânia, 28 de janeiro de 2021

Domilson Rabelo da Silva
Júnior
Defensor Público- Geral
do Estado de Goiás
CPF nº 707.616.801-44

Thales França de
Souza
Contador - CRC GO-
023219/O-1
CPF nº 032.797.425-79

Marcelo Graciano Soares
Diretor de Administração
e Planejamento
CPF nº 006.485.371-37

Danilo Molinari Silva
Diretor de Controle
Interno
CPF nº 783.110.551-49

Protocolo 215219

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE
2020 / III QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Tabela 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar
Estado de Goiás - Defensoria Pública do Estado
CNPJ: 13.635.973/0001-49
20QUADRIMESTRE/ANO: 3º QUADRIMESTRE/2020
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "A")

Identificação dos Recursos	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	De Exercícios Anteriores (b)				
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	96.524,38	0,00	0,00	0,00	56.327,24	40.197,14	1.984.821,46	0,00	-1.944.624,32
Recursos Ordinários	96.524,38	0,00	0,00	0,00	56.327,24	40.197,14	1.984.821,46	0,00	-1.944.624,32
Outros Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	34.648.158,63	0,00	0,00	0,00	0,00	34.648.158,63	610.772,79	0,00	34.037.385,84
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Outros Recursos Vinculados	34.648.158,63	0,00	0,00	0,00	0,00	34.648.158,63	610.772,79	0,00	34.037.385,84
TOTAL (III) = (I + II)	34.744.683,01	0,00	0,00	0,00	56.327,24	34.688.355,77	2.595.594,25	0,00	32.092.761,52

Fonte: SIOFI-NET / SCG / SECRETARIA DE ECONOMIA-GO

Goiânia, 28 de janeiro de 2021

Notas Explicativas:

1) As disponibilidades financeiras e os restos a pagar classificados como "Vinculados", correspondem aos obtidos na unidade orçamentária 850 - Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Defensoria Pública do Estado de Goiás

2) As disponibilidades financeiras e os restos a pagar classificados como "Não Vinculados", correspondem aos obtidos na unidade orçamentária 801 - Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado de Goiás.

3) O saldo do Fundo Rotativo em 31/12/2020 no valor de R\$ 50.000,00, por possuir característica essencialmente financeira, foi acrescido nas disponibilidades "Outros Recursos Vinculados".

4) O saldo de R\$ 56.327,24 na coluna "Demais Obrigações Financeiras" corresponde às despesas contratadas em 2020 e que não estavam em 31/12 cadastradas no Sistema de Programação Orçamentária e Financeira - SIOFI.

O reconhecimento desta obrigação no relatório deve-se ao cumprimento do item 13 do Anexo da Portaria STN 548/2015 que instituiu o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP

Domílson Rabelo da Silva Júnior
Defensor Público-Geral do Estado de Goiás
CPF nº 707.616.801-44

Danilo Molinari Silva
Diretor de Controle Interno
CPF nº 783.110.551-49

Thales França de Souza
Contador - CRC GO - 023.219/O-1
CPF nº 032.797.425-79

Marcelo Graciano Soares
Diretor Geral de Administração e Planejamento
CPF nº 006.485.371-37

Protocolo 215222

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / III QUADRIMESTRE
SETEMBRO-DEZEMBRO

Tabela 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

ESTADO DE GOIÁS - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

CNPJ: 13.635.973/0001-49

QUADRIMESTRE/ANO: 3º

QUADRIMESTRE/2020

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)

RECEITA CORRERENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	-

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE RCL
---------------------	-------	-------------



Despesa Total com Pessoal - DTP	R\$	56.945.671,53	-
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - <%>	-		-
Limite Máximo (párrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	-		-

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
----------------	--	---

Valor Total R\$ 2.595.594,25 R\$ 32.092.761,52

Fonte: SIOFI-NET / SCG /SECRETARIA DE ECONOMIA-GO
28 de janeiro de 2021

Domilson Rabelo da Silva Júnior
Defensor Público Geral do Estado de Goiás
CPF nº 707.616.801-44

Thales França de Souza
Contador
CPF nº 032.797.425-79

Danilo Molinari Silva
Diretor de Controle Interno
CPF nº 783.110.551-49

Marcelo Graciano Soares
Diretor Geral de Administração e Planejamento
CPF nº 006.485.371-37

Protocolo 215230

Secretaria de Estado da Administração

Portaria 35/2021 - SEAD

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no Decreto nº 9.380, de 08 de janeiro de 2019, no artigo 19 da Lei Estadual nº 20.491/2019, de 25 de junho de 2019, e suas alterações pela Lei 20.820, de 04 de agosto de 2020, nos termos inciso II do art. 312 da Lei Estadual nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, cominado com o art. 283, da Lei n.º 20.756/2020, acato, em partes, o Relatório Final da Comissão Processante (SEI - 10032478); as orientações contidas no Parecer PA - 05461 nº 44/2020 (SEI - 000011113740) da Procuradoria Geral do Estado de Goiás, aprovado pelo Despacho nº 130/2020 - PA 05461 (SEI - 000011387718), bem como, o conjunto probatório contido no processo nº 201600017002336,

RESOLVE:

Art. 1º Condenar MARCELO MESQUITA, inscrito no CPF nº 849.704.481-91, ex-servidor do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial B, do quadro da então Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento - SEGPLAN, ora Secretaria de Estado da Administração - SEAD, cedido à época dos fatos à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA, hoje Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, por violação ao inciso LV - "lesar os cofres públicos ou dilapidar o patrimônio estadual" do artigo 303, da Lei nº 10.460/88, e **aplicar-lhe a pena de inabilitação**, pelo prazo de 10 (dez) anos para promoção ou nova investidura em cargo, função, mandato ou emprego público estadual, contados da data de publicação do ato punitivo, nos termos do art. 319, inc. IV, da Lei nº 10.460/88 - Estatuto dos Servidores Público do Estado de Goiás.

Art 2º Determino a instauração imediata, de Processo Administrativo comum, sob o rito da Lei Estadual nº 13.800/2001, em desfavor do ex-servidor condenado, com vistas ao **RESSARCIMENTO** ao erário, referente **as verbas recebidas indevidamente pelo ex-servidor** no período compreendido entre os anos de 2013 até 16/12/2015, baseando-se na análise da ficha financeira anual (fls.18/22).

Art 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRASE.

BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA

Secretário de Estado da Administração

Protocolo 215118

Portaria 36/2021 - SEAD

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na alínea "h", inciso I do artigo 7º da Lei Estadual nº 17.257 de 25 de janeiro de 2011, alterada pela Lei 20.491/2019, combinado com o inciso II do art. 312 da Lei Estadual nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, tendo em vista o que consta do Processo n. 201900004026626 e, ainda, adotando as razões preconstantes no Relatório Final nº 3/2020-2ª CPPADR-COF-14742 (SEI - 000012215085) e as orientações presentes no Parecer da Procuradoria Setorial/Procuradoria Geral do Estado 194/2020 PROCSET/ECONOMIA (SEI - 000015142525),

RESOLVE:

Art. 1º. **CONDENAR** a servidora MARIA CELINA LOUZA DO NASCIMENTO, inscrita no CPF nº 195.097.231-34, ocupante do cargo de Analista de Gestão Governamental desta Secretaria de Estado de Administração - SEAD, Classe B, Padrão 3, matrícula-base nº 27.787- 8, encontrando-se à disposição da Secretaria de Estado da Economia, à pena de 10 (dez) dias de suspensão, nos termos do art. 315, paragrafo 1º, da Lei nº 10.460/88, pela prática das transgressões disciplinares previstas nos incisos III, XLVII e LXIII, do art. 303.

Art. 2º. **APLICO** a inabilitação pelo prazo de 150 (Cento e cinquenta) dias, nos termos do inc. II do art. 319, da mesma lei, para sua promoção ou nova investidura em cargo efetivo ou em comissão, mandato ou emprego público estadual, contados da data de publicação do ato punitivo:

Art. 3º. Caso haja conveniência para o serviço público, fica desde já autorizada a conversão da penalidade de suspensão em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, obrigando-se, neste caso, que a servidora condenada permaneça em serviço.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRASE.

BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA

Secretário de Estado da Administração

Protocolo 215119

Portaria 037/2021 - SEAD

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO no uso de suas atribuições legais, e considerando o que consta nos autos nº 201900005016305,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a Portaria nº. 175/2020, de 18 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 23.327, de 23 de junho de 2020, que designou servidores para compor a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Gestão celebrado entre a Organização das Voluntárias de Goiás - OVG e esta Secretaria de Estado da Administração, com a finalidade de: